

# Percepções da América do Sul no pensamento brasileiro contemporâneo

Haroldo Loguercio Carvalho

## Resumo

O texto analisa ideias sobre a América do Sul presentes em reflexões de importantes intelectuais e homens de ação, brasileiros que, desde a redemocratização da região, a têm tomado como espaço fundamental na definição das estratégias de inserção internacional na conjuntura derivada do fim da ordem bipolar: Hélio Jaguaribe e Samuel Pinheiro Guimarães, autores que não se excluem, mas que tiveram protagonismo em momentos distintos; Jaguaribe, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, e Guimarães, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos expõem um conjunto de imagens/percepções sobre o Brasil a partir da indicação do espaço regional sul-americano como ponto de partida para a redefinição das estratégias internacionais em situações particulares de tensão internacional. Além desses, outros autores e personagens serão agregados no desenvolver do texto, seja porque representam opiniões que julgamos importantes, seja mes-

mo porque ao se referirem aos autores principais reforçam a abrangência das análises e interpretações sobre a América do Sul.

*Palavras-chave:* América do Sul. Espaço regional. Relações internacionais.

A conjuntura internacional que se inicia com o final da Guerra Fria, depois do colapso da União Soviética, e se estende até os atentados de 11 de Setembro de 2001, marca uma retomada da hegemonia norte-americana pelo campo econômico em substituição ao campo político ideológico da fase anterior. A iniciativa da única potência restante é o impulso para a esfera global dos seus interesses financeiros e corporativos, iniciava-se a globalização.

\* Professor do Departamento de História da UFRN.

Recebido em 25/04/2012 - Aprovado em 30/05/2012

Na América do Sul vivia-se a retomada dos regimes democráticos com acentuada tendência para a adesão à nova ordem mundial. O caráter nacionalista de que se revestiam muitos dos governos militares sul-americanos, em que pese sua colaboração na ordem bipolar, não permitiam uma ampliação do campo de inversões para o capital internacional. Era preciso normalizar as relações políticas para liberalizar as relações econômicas.

As condições tornam-se crescentemente favoráveis aos Estados Unidos uma vez que, sob a presidência de Bill Clinton, os indicadores macroeconômicos mostram-se positivos para a retomada do crescimento, o que implica dizer que será necessário também definir os espaços internacionais a receberem os investimentos a partir de uma noção de segurança de seu retorno.

A implementação da União Europeia, juntamente com a ascensão da China e do Sudeste asiático, indica aos Estados Unidos a clara noção da emergência de polos que, mesmo sem rejeitarem a hegemonia político militar e tecnológica americana, disputam nas esferas comercial, industrial e financeira com ele. O mundo se globaliza, mas o faz de forma regionalizada.

Na América do Sul, os estados vão amadurecendo a ideia de correspondência entre democracia no plano interno e aproximação/integração no plano externo. O Mercado Comum Centro-Americano, a Comunidade Andina de Nações e o Mercado Comum do Sul são experiências que se desdobram de iniciativas anteriores, como a Alalc e Aladi.

Entretanto, a dependência histórica da região em relação aos mercados internacionais, notadamente ao norte-americano, não permite uma plena autonomia decisória em matéria de política econômica e o reforço das políticas liberalizantes se impõe à região num processo que conforma um voluntarismo à nova ordem, contrapondo-se as estratégias semiautônomas de períodos anteriores.

Contribuem para a adesão ao neoliberalismo as persistentes crises inflacionárias, o permanente déficit na balança de pagamentos e o crescente endividamento resultante dos desequilíbrios das contas públicas. A alternativa da abertura comercial, das privatizações nos setores até então tidos como estratégicos aos projetos nacionais, a desregulamentação do sistema financeiro e a tendência à relativização do sistema tributário e de proteção social aparecem como as mais promissoras para que os países avancem rapidamente em direção a uma ideia de modernidade capitalista vitoriosa na luta contra o socialismo de vertente soviética.

Os projetos que ensejavam uma clara possibilidade de integração regional via complementaridade econômica, ampliação de mercados em economia de escala, quer dizer colaborativos, foram sendo preteridos em nome de uma falsa ilusão de transferência de capitais e tecnologias do centro do sistema para as periferias.

O caso do Mercosul é exemplar nesse aspecto. Entre 1991 e 1998 houve um incremento comercial intrabloco na ordem de 771%, ao passo que o comércio com o resto do mundo cresceu na ordem de 142%,

houve também um claro desvio nesse setor. O que antes se destinava aos países desenvolvidos passa a se destinar para dentro do bloco. Isso implica efetiva perda de competitividade comercial num momento de estabelecimento da ordem global e evidencia que o projeto de formação de um mercado comum, nível profundo de integração econômica, caminhou tão somente na sua feição comercial e em setores de baixa competitividade comparados com os mesmos nas economias desenvolvidas, a China ainda estava por chegar e abocanhar parte significativa desses mercados.

Projetos como a Iniciativa para as Américas e, depois, a Alca só não foram implementados pela incapacidade de o governo norte-americano romper com seus setores protegidos e os *lobbies* que realizam no parlamento, enquanto que em países como o Brasil a resistência da sociedade, de trabalhadores a empresários que viam claramente um caminho de mão única para a transferência da riqueza, inibiram o voluntarismo de aprofundar a dependência e buscar um acomodamento subalterno em termos de atuação internacional. Exemplo constrangedor dado pelos dois ministros de Relações Exteriores do governo Carlos Menem na Argentina, Domingo Cavallo e Guido Di Tella, que se orgulhavam de estabelecer “relaciones carnales” com os Estados Unidos, e que agora a Argentina iria tornar-se um “Estado normal”, isto é um Estado que não mais faria enfrentamentos aos Estados Unidos. Era a formulação do conceito de realismo periférico, também entendido como caminho de reincorporação ao Primeiro Mundo.

Concorreu para isso a iniciativa norte-americana de conduzir a América Latina para dentro de sua área doméstica. Segundo Rattner, “apesar de ter expandido sua hegemonia comercial e financeira por todo o mundo, os EUA procuram aumentar sua participação no comércio e nas transferências de serviços na América do Sul face à concorrência da União Europeia, cujos investimentos na área do Mercosul cresceram muito nos últimos anos”.<sup>1</sup>

É, portanto, na esteira da estratégia norte-americana que os governos da América do Sul encontram suas próprias formulações para imaginarem a superação dos atrasos em que se encontravam. Isso explica a adesão acrítica na ordem neoliberal que Amado Cervo faz referência.<sup>2</sup> É preciso referir que a intenção dos Estados Unidos era ampliar para todo o hemisfério o padrão de relacionamento que estabelecera com Canadá e México em 1993, o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, Nafta.

No Brasil a adesão ao processo de globalização em curso encontrou no próprio presidente sociólogo o melhor exemplo de otimismo diante das novas oportunidades para uma redefinição do projeto mundial. Conforme faz referência Paulo Nogueira Batista Jr. sobre as ideias do presidente:

Em dezembro de 1997, por exemplo, em discurso para os membros do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, reproduzido na íntegra no jornal *O Estado de S. Paulo*, Fernando Henrique Cardoso lembrou vir há muito tempo falando que “estamos vivendo um novo Renascimento, um novo Humanismo”. O que caracterizaria esse “novo Renascimento”, segundo ele, é que

"ao invés da idéia do homem e do indivíduo, situado nacionalmente, ou mais tarde ainda situado na classe, hoje, pela primeira vez, é possível, por causa da globalização, [...] generalizar o cidadão. Quer dizer, é a humanidade mesma que pela primeira vez na História se torna [...] uma espécie de um novo universal concreto *à la* Hegel".<sup>3</sup>

Em termos práticos, o que se presenciou foi uma adaptação dos pressupostos da chamada "teoria da dependência", esboçada ainda na década de 1960, quando se teorizava que o então "imperialismo" sofrera mudanças consideráveis e deixava de ser um sistema de exploração econômica e política e abria espaços de parceria subalterna, ou seja, já não era um inimigo do desenvolvimento nacional, era um "sócio compulsório" desse desenvolvimento, e como tal oferecia a países como o Brasil a condição de vincularem-se como complementares no desenvolvimento do capitalismo.

A globalização e o neoliberalismo condicionados pela barganha hegemônica dos Estados Unidos impunham sacrifícios econômicos e fiscais aos estados de tal modo que não demoraram a eclodir crises de proporções consideráveis, iniciando pelo Sudeste asiático, mas logo chegando à América Latina: México em 1995, Brasil em 1998 e Argentina na virada do ano 2000.

Algumas denúncias sobre a "globalização assimétrica", sobre a necessidade de regulamentação dos capitais especulativos não foram suficientes para reverter a tendência de vitórias eleitorais de governos com viés mais nacionalistas ou desenvolvimentistas. Ou como prefere Amado Cervo:

A reação dos meios intelectuais da América Latina diante das experiências neoliberais dos anos noventa foram polêmicas. Prevaleceram, no pensamento acadêmico brasileiro, um senso crítico dotado de certa repugnância e, no pensamento argentino, uma adesão acrítica diante da mudança de paradigma de relações internacionais. Já a opinião eleitoral, cuja reação é lenta porém madura, expressou um julgamento severo, ao afastar do poder os agentes da abertura econômica e da alienação sem barganha e ao colocar, no governo, regimes de centro-esquerda, na transição de um para outro século.<sup>4</sup>

Nesse sentido, o seminário sobre a América do Sul, A Organização do Espaço Sul-Americano: seu significado político e econômico, ocorrido em Brasília, de 31 de julho a 2 de agosto de 2000, promovido pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iepes) sob a direção de seu decano professor Hélio Jaguaribe e do professor Celso Lafer, da USP, com o apoio do Instituto Rio Branco (IRBr), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e com a anuência do Presidente Fernando Henrique Cardoso, se reveste de um importante documento para percebermos o diagnóstico que se fazia à época, diante de uma eleição que se avizinhava difícil em 2001.

A percepção da conjuntura internacional feita pelo professor Hélio Jaguaribe no texto "América do Sul no atual sistema internacional" parte de um diagnóstico sobre as características do mundo após o colapso soviético, e as possibilidades de uma hegemonia plena de os Estados Unidos contrastarem com alguns limitadores, es-

pecialmente quando afirma que a despeito de serem a única superpotência e deterem incontrastável supremacia econômico-tecnológica e militar, relativamente a qualquer outro país não dispõem das condições para o exercício de uma efetiva unipolaridade, embora frequentemente pretendam tê-la.

Na base desse argumento, Jaguaribe, corretamente, expõe os condicionantes internos e externos que limitariam a efetividade do poder unipolar norte-ameiricano. Argumenta que, diferentemente de outros estados imperialistas, da antiguidade à modernidade, este possui um elemento destoante do padrão, sustenta-se no regime democrático, inibidor do não reconhecimento do outro como contentor da disputa; portanto, a hegemonia norte-americana tende a ser convertida numa ordem multipolar pacificada. Isso implica uma ideia de que a manutenção dos Estados Unidos como centro não é contraditória com uma identidade internacional mais autônoma por parte da América do Sul. O próprio ministro Celso Lafer, ao abrir o seminário, refere à América do Sul como o “eu diplomático do Brasil” e que isso estaria assentado naquilo que fora teorizado como “forças profundas”.

A supremacia norte-americana ao longo das duas últimas décadas, entretanto, não sinalizou em nenhum momento na possibilidade de construção de uma política de contenção e pacificação dos conflitos, pelo contrário, a política de enfrentamento do terrorismo levado a efeito por George W. Bush se mostrou incendiária e absolutamente unilateral, desconsiderando toda

a ordem mundial centrada na ONU que eles, em tese, foram responsáveis por criar. O comportamento internacional dos Estados Unidos, agindo como esforço de guerra, só trouxe endividamento para seu Estado que se viu forçado, internamente, a adotar um radicalismo liberalizante, comprometendo os níveis de emprego e desacelerando a economia real, o dinamismo ficou somente no sistema financeiro que acabou por falir provocando a crise mundial que vem desde 2008.

Nesse quadro de poucos anos do final da bipolaridade, a desorganização, mais que qualquer ordenamento, esteve em evidência. Se na década de 1990 a proposta dos Estados Unidos para as Américas era a liberação desigual via Alca, que acabou amplamente rejeitada, lá e cá, não deixou de influenciar os governos da região para aceitarem uma abertura forçada em nome de propostas que só interessavam a eles, como, por exemplo, a questão dos direitos autorais, abertura do sistema de serviços ao capital externo e direito de participar das compras governamentais. As demandas históricas da América do Sul pelo fim dos subsídios que aqueles praticam em setores agrícolas e industriais, responsáveis por um comércio desigual, não foi sequer cogitada, somente a atuação unificada da América do Sul, da África e partes da Ásia conseguiram fazer frente a essa imposição. Isso, contudo, não resolveu o problema, pois a OMC, desde a conferência de Cancún em 2003, se encontra travada no avanço da pauta regulatória conforme previsão da Rodada Doha que estabeleceu como meta a data limite de 2005 para o

término das negociações sobre agricultura e outros temas no âmbito da OMC.

Nos termos daquela conjuntura da década de 1990, uma das mais importantes instituições de planejamento autônomo para a América Latina, a Cepal, se viu às voltas com certo malabarismo conceitual em torno do que estranhamente chamaram de possibilidades de um “regionalismo aberto”, corretamente criticado pelo economista Gentil Corazza<sup>5</sup> que, inclusive, foi ponto de partida para um trabalho nosso apresentado no Simpósio Nacional de História de 2007 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul.<sup>6</sup>

Os governos de centro-esquerda foram os que chegaram ao poder nos anos 2000, que acabaram por reverter essa prioridade, muito embora, no Brasil, desde a crise de 1998, a ideia já começasse a ganhar corpo. A reação brasileira desconectada da Argentina, parceiro sem o qual não se pode pensar em América do Sul, e que permaneceu até sua própria bancarrota, em 2000-2001, inviabilizou uma estratégia compartilhada. Isso somente evidenciou que a proposta norte-americana para a região mantinha-se na velha fórmula centro periferia e a complementaridade econômica com a potência do norte acabava sendo mais uma ilusão do que realidade.

No seminário referido, Jaguaribe já considera claramente a alternativa de instituição de um sistema regional sul-americano que partisse da experiência do Mercosul em estreitamento de relações com a Comunidade Andina de nação como alternativa a Alca ou aos acordos bilaterais que passaram a ser a estratégia desagregadora dos Estados Unidos para a região. Diz ele:

No que se refere à relevância, as precedentes considerações relativas a Mercosul e a sua decisiva importância para os países membros, não apenas econômica, mas particularmente política, se aplicam, igualmente, para os demais países do continente, tanto individualmente como em conjunto. Um sistema regional sul-americano seria um Mercosul em grande escala. Proporcionaria aos participantes uma extraordinária ampliação de seus mercados. Dar-lhes-ia uma oportunidade única de elevarem, dentro das condições favorecedoras desse mercado ampliado, a competitividade de seus sistemas produtivos. E lhes asseguraria um poder internacional de negociação incomparavelmente superior ao que pudessem ter individualmente, abrindo-lhes condições para terem acesso, no quadro da estratificação internacional do poder, ao patamar dos países relativamente autônomos.<sup>7</sup>

Naquele momento, entretanto, a criação do sistema sul-americano não se constituía num campo de alternativas contra-hegemônicas, era, em realidade, uma busca por adaptar-se de modo distinto ao projeto hemisférico de área de livre comércio. É o que se pode perceber da resenha sobre o seminário, elaborada pelo embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, então secretário-geral das Relações Exteriores:

a “organização do espaço sul-americano”, na expressão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, está ligada a um enfoque que privilegia a criação de condições para o adensamento dos laços da região com os principais pólos políticos e econômicos do sistema internacional. Neste enfoque, fortalecer a articulação da América do Sul significa melhor prepará-la para uma inserção mais proveitosa e equilibrada nos grandes fluxos de comércio, investimentos, finanças e

conhecimentos deste mundo globalizado. Segundo essa linha de pensamento, a América do Sul, unida e fortalecida, poderia negociar com base em fundamentos mais sólidos a conformação de uma futura Área de Livre Comércio das Américas.<sup>8</sup>

A diferença de perspectivas entre a nova atitude do governo brasileiro diante das crises geradas pelo reforço das políticas liberalizantes e as orientações da diplomacia do governo que se iniciaria em 2002 não são, contudo, pequenas. Quem afirma isso é o embaixador Samuel Pinheiros Guimarães, quando faz uma retrospectiva dos resultados da adoção daquelas medidas.

Nesse explosivo quadro de disparidades, vulnerabilidades e de degradação da infra-estrutura física e social, cujos exemplos máximos foram a crise energética ainda latente e recorrente e a crise permanente de segurança, a realização do último desafio – qual seja, a transição de um sistema político plutocrático, midiático e excludente para um regime democrático, informativo e participativo – se torna plena de escolhos, precipícios e sorvedouros que os defensores do modelo econômico e social neoliberal, concentrador e explosivo, desprezam ou ignoram em sua temerária aposta para atingir o ideal do *investment grade*, atribuído por *técnicos* de agências que desconhecem o potencial brasileiro e que, por vezes, sequer estiveram no Brasil.<sup>9</sup>

Em 2002, já definido o quadro sucessório no país, Hélio Jaguaribe discorre sobre as alternativas ao Brasil. Segundo ele, o ingresso no século XXI contém ainda um elevado grau de possibilidades que venhamos a nos tornar uma espécie de “província” do “império americano” ou, como prefere, semiprovíncia, pois em que

pese determos ainda uma boa margem de autonomia nacional, a dependência cada vez maior dos investimentos externos e a presença massiva de empresas multinacionais a transferir lucro para suas matrizes tendem a fragilizar o Estado de tal forma que se veja forçado a tomar medidas impostas pelo centro do sistema.<sup>10</sup> Convém lembrar que no segundo semestre de 2002, fruto das incertezas com o novo governo, ocorreu uma elevação do custo do dólar que chegou à cotação de R\$ 4,00 por US\$ 1,00.

Em outro momento, no mesmo texto, Jaguaribe examina quais alternativas teria o Brasil diante de uma recusa em aderir à Alca. Segundo prevê, a recusa brasileira inviabilizaria o próprio projeto norte-americano, mas correríamos o risco de termos que enfrentar as iniciativas por tratados bilaterais com pequenos e médios países muito dependentes das exportações para aquele mercado. Num quadro como esse, o país deveria adotar medidas apropriadas, que, segundo propõe, seriam:

- (1) consolidação do Mercosul, imprimindo condições de irreversibilidade;
- (2) rápida instituição da ALCSA;
- (3) acordo seletivo com a União Europeia;
- (4) entendimento estratégico com os outros três países emergentes de dimensões semicontinentais, China, Índia e Rússia;
- (5) mobilização de apoio internacional, notadamente de parte dos países do Terceiro Mundo, no sentido de uma revisão das normas da OMC de sorte a compatibilizá-las com as necessidades dos países emergentes e, finalmente,
- (6) adoção de um novo modelo de cooperação com os Estados Unidos.<sup>11</sup>

Relativamente à área de Livre Comércio Sul-Americana, a Alcsa, referida por Hélio Jaguaribe, vale dar voz ao ministro Celso Amorim, pois foi no período em que esteve pela primeira vez à frente do Ministério das Relações Exteriores, na gestão do presidente Itamar Franco, que a proposta veio à tona. Vamos, contudo, trazer uma referência de Amorim em uma aula ministrada no Instituto Rio Branco para os futuros diplomatas, e que foi publicada somente depois de encerrada sua gestão ao longo dos dois mandatos do presidente Lula. O tema da aula foi “Integração da América do Sul e relações Brasil-África”, proferida em abril de 2005.

Fazendo um retrospecto, as discussões que levaram à formação da Comunidade Sul-Americana de Nações não foram fáceis. Não sei em que momento antes se falou concretamente em uma integração política da América do Sul, mas eu me recordo que o presidente Itamar Franco foi à Cúpula do Grupo do Rio em Santiago em 1993 e se referiu especificamente a uma área de livre-comércio sul-americana, a ALCSA. Eu próprio fui à Aladi, em fevereiro de 1994, para desenvolver um pouco essas ideias, que, na época, encontravam enorme resistência: alguns países sonhavam em aderir ao Nafta (não se flava em Alca ainda); outros tinham estruturas comerciais mais liberais que o Brasil; outros países, ainda, nutriam desconfiança política em relação a nossos objetivos. Havia, digamos assim, um misto de reticência com resistência. O fato é que a ideia não prosperou imediatamente. Ninguém tampouco foi totalmente contra, de modo que a ALCSA deixou uma certa “sementinha”.<sup>12</sup>

Desde a década de 1990 para cá, na esteira de toda a discussão sobre a Améri-

ca do Sul, o eixo gravitacional esteve centrado no maior ou menor aprofundamento das relações Brasil e Argentina. Nos debates sobre os méritos e desvantagens deste processo integrativo sempre houve os que viam que as economias de Brasil e Argentina não estariam suficientemente integradas e que a própria integração regional agiria a favor da desarticulação interna. Nesse quadro, a prioridade estaria em, primeiro, integrar seus sistemas econômicos antes de ampliar a integração para seus vizinhos sul-americanos.

Os defensores do regime multilateral de viés liberal privilegiam que a abertura para bens e capitais estrangeiros seria indispensável para sustentar o desenvolvimento. Nesse sentido a integração regional atuaria como inibidora de uma integração geral ao mercado mundial.

Por outro lado, os argumentos a favor da integração consideram a perspectiva de médio e longo prazo. Nesse ponto, Samuel Pinheiro Guimarães é taxativo.

Para a América do Sul, região que possui o dobro do território e uma população maior que os Estados Unidos, é indispensável, para poder defender de forma efetiva seus interesses a longo prazo em um mundo instável, violento e arbitrário, trabalhar com firmeza quotidiana para o surgimento de um sistema multipolar, do qual ela deva aspirar a ser um dos polos, e *não somente uma sub-região de outro pólo político ou econômico*.<sup>13</sup>

De modo objetivo, a política externa brasileira, iniciada em 2002, propôs-se a mudar a qualidade das relações com os vizinhos sul-americanos, fundamentada na consciência da interdependência mútua, a

integração tornou-se um imperativo para os destinos coletivos. A percepção orientou-se nos interesses compartilhados e nas oportunidades de benefícios comuns, sem os quais se corria o risco de experimentar uma integração perversa, promovida pela contaminação recíproca das condições de crise. Embora não seja objetivo deste texto, vale lembrar que o alargamento das relações internacionais do Brasil e, com ele, de seus vizinhos sul-americanos tem atuado como mecanismo de contenção da crise que se iniciou em 2008 no centro do sistema, cuja solução parece ainda distante.

A América do Sul vê-se crescentemente como uma região particular a relacionar-se com um mundo cujas regras econômicas e políticas ficam cada vez mais voláteis. Concomitantemente aos diversos projetos e iniciativas de aprofundamento das relações econômicas, conta a América do Sul com uma articulação de natureza política, a Unasul.

### Perceptions of South America in Brazilian contemporary thought

#### Abstract

The paper examines the ideas present in South America, the reflections of leading intellectuals and men of action since the Brazilian re-democratization of the region is taken as fundamental space in defining strategies for international insertion, the situation derived from the end of the bipolar order. Helio Jaguaribe and Samuel Pinheiro Guimarães, authors are not mutually exclusive, but that role had at diffe-

rent times. Jaguaribe the second term of Fernando Henrique Cardoso, while Guimarães during the government of Luiz Inacio Lula da Silva. Both expose a set of images / perceptions about Brazil from the indication of the South American regional space as a starting point for the redefinition of international strategies in particular situations of international tension. In addition, other authors and characters will be added in developing the text, either because they represent opinions which we regard as important, or even because they relate to the principal authors, reinforce the scope of the analyzes and interpretations of South America.

*Keywords:* South America. The region. International relations.

#### Notas

- 1 RATTNER, Henrique. *Mercosul e Alca: o futuro incerto dos países sul-americanos*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 109.
- 2 CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: Ibri, 2001. Terceira parte, O ciclo da diplomacia neoliberal, p. 279-302.
- 3 BATISTA JR., Paulo Nogueira. Dependência: da teoria à prática. *Estud. av.* [online]. 1999, v. 13, n. 37, p. 215-224. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141999000300012>. Acesso em: mar. 2012.
- 4 CERVO, op., cit., p. 298.
- 5 CORAZZA, Gentil. O “regionalismo aberto” da Cepal e a inserção da América Latina na globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006.
- 6 CARVALHO, Haroldo L. *América do Sul: aspectos contemporâneos da dinâmica de integração*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV. *Anais...* Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Haroldo%20L%20Carvalho.pdf>.

- <sup>7</sup> JAGUARIBE, Helio. América do Sul no atual sistema internacional. In: SEMINÁRIO SOBRE A AMÉRICA DO SUL. A organização do espaço sul-americano: seu significado político e econômico, ocorrido em Brasília, de 31 de julho a 2 de agosto de 2000.
- <sup>8</sup> Seminário sobre a América do Sul no Instituto Rio Branco - comentários do secretário-geral das relações exteriores, embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, no encerramento de seminário sobre a América do Sul no Instituto Rio Branco. Brasília, 2 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/divulg/documentacao-diplomatica/publicacoes/resenha-de-politica-exterior-do-brasil/resenhas/resenha-n87-2sem-2000>. Acesso em: abr. 2012.
- <sup>9</sup> GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 348.
- <sup>10</sup> JAGUARIBE, Hélio. *Brasil: alternativas e saídas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 32.
- <sup>11</sup> Idem, p. 42.
- <sup>12</sup> AMORIM, Celso. *Conversas com jovens diplomatas*. São Paulo: Benvirá, 2011. p. 19.
- <sup>13</sup> GUIMARÃES, op., cit., p. 406.

## Referências

- AMORIM, Celso. *Conversas com jovens diplomatas*. São Paulo: Benvirá, 2011.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. Dependência: da teoria à prática. *Estud. av.* [on-line]. 1999, v. 13, n. 37, p. 215-224. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141999000300012>. Acesso em: mar. 2012.
- CARVALHO, Haroldo L. América do Sul: aspectos contemporâneos da dinâmica de integração. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV. *Anais...* Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Haroldo%20L%20Carvalho.pdf>.
- CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: Ibrí, 2001.
- CORAZZA, Gentil. O “regionalismo aberto” da Cepal e a inserção da América Latina na globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

JAGUARIBE, Helio. América do Sul no atual sistema internacional. In: SEMINÁRIO SOBRE A AMÉRICA DO SUL. *A organização do espaço sul-americano: seu significado político e econômico*. Brasília, 31 jul. a 2 ago. 2000.

JAGUARIBE, Hélio. *Brasil: alternativas e saídas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

RATTNER, Henrique. *Mercosul e Alca: o futuro incerto dos países sul-americanos*. São Paulo: Edusp, 2002.

SEMINÁRIO SOBRE A AMÉRICA DO SUL NO INSTITUTO RIO BRANCO - comentários do secretário-geral das relações exteriores, embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, no encerramento de seminário sobre a América do Sul no Instituto Rio Branco. Brasília, 2 ago. 2000. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/divulg/documentacao-diplomatica/publicacoes/resenha-de-politica-exterior-do-brasil/resenhas/resenha-n87-2sem-2000>. Acesso em: abr. 2012.